

A reinserção como afirmação da identidade nacional do país de emigração

Sem dúvida, é preciso assinalar o lugar particular que ocupa a Argélia, primeiramente, na história da imigração na França há um século, a imigração argelina sendo o protótipo mesmo da imigração de origem colonial (imigração de trabalhadores coloniais, como foram designados por muito tempo); em seguida, no que se refere aos efetivos globais da população imigrante, a população argelina na França foi por muito tempo e talvez continue ainda a ser a mais numerosa, sobretudo se incluímos os franceses de origem argelina que, por isto, não são mais considerados como estrangeiros (é o caso sobretudo, independentemente das naturalizações de adultos, de todas as crianças nascidas na França, a partir de janeiro de 1963). E, enfim, no imaginário coletivo francês - o que não deixa de ter importância, em razão principalmente das relações antes tumultuadas entre os dois países durante toda a história colonial e para além dela -, o fenômeno migratório representa para os dois países um prolongamento desta história.

Recai-se ainda aqui sobre as considerações de nacionalismo e os problemas de amor-próprio nacional. Uma política de refluxo da parte dos países de imigração - mesmo quando envolta, como foi o caso na França, de sutis eufemismos e acompanhada de sedutoras precauções (os protestos de boa fé e das melhores disposições dos responsáveis por esta política) ou das melhores justificações (a formação-retorno, por exemplo), ornando-se suficientemente de *fair-play* a fim de obter o acordo, não passaria de pura forma - uma tal política não poderia receber o assentimento que procura. Nenhum país de emigração pode decentemente endossar esta política, pelo menos publicamente e de maneira manifesta sob a forma, por exemplo, de uma proclamação explicitamente enunciada; da mesma forma, só lhe resta uma coisa nesta circunstância: "da necessidade, fazer

virtude". E de se desfazer em proposições lisonjeiras para si e para seus emigrantes, que teriam então decidido voluntária e livremente por sua inserção (quando, de fato, decidiu-se em seu lugar), e, ao mesmo tempo, um pouco vingativas com respeito aos países de imigração: seria de outro modo ou, em outros termos, o retorno daria a impressão de ser obrigatório, não teria então nada de glorioso em si mesmo; e, considerando as expectativas coletivas que são necessariamente aquelas de caráter nacionalista, marcadas por uma intenção de revanche política e histórica - as expectativas da política, inclusive, mais que as da sociedade global ou ainda do grupo de origem, da família, do próprio interessado -, seria então ressentido como um fim vergonhoso. Na falta desta convivência, que não tem necessidade de ser articulada para produzir os efeitos que dela se espera, a incitação ao retorno, sobretudo quando se faz insistente, corre o risco de ser recebida e compreendida pelo que é objetivamente, isto é, uma expulsão mal camuflada, e consequentemente, um ato de hostilidade contra o país de emigração.

A reinserção que proclamam - após tê-la retomado por sua própria conta, certos países de emigração, uns mais que os outros - não é somente um problema técnico. Ela está mesmo longe de sê-lo, seja porque o país de origem tenha necessidade de uma mão-de-obra formada que lhe forneceria sua emigração viva e atuante nas sociedades industrializadas e de economia moderna, seja porque as relações políticas com os países de imigração tenham necessidade de ser liberadas da pressão que se exercia sobre elas através da pessoa dos emigrantes. Porém, acima de tudo, o discurso sobre a reinserção não pode ser totalmente dissociado do próprio retorno, obedece uma outra lógica. Assim, no caso da Argélia, para retomar o exemplo singular deste país

que decidira pela suspensão da emigração para a França (setembro de 1972) - antes mesmo que esta tivesse deliberado, de sua parte, por uma medida na mesma direção (julho de 1973), interromper a emigração - é algo que tem sua própria significação no contexto em que se decidiu por ela. Não basta deliberar sobre a emigração de hoje, é preciso voltar sobre a emigração passada, sobre toda a história da emigração que se confunde aqui com a história colonial na sua totalidade, e que tem valor emblemático neste sentido. O discurso sobre a reinserção, independentemente de seus efeitos, toma forma, sobretudo quando aparenta ser verdadeiramente autônomo e não como a retomada dissimulada do discurso do país de imigração, de uma *revanche* sobre a história antiga (sobre a colonização e a emigração que é sua filha). Ele se pretende uma maneira mágica de negar esta história ao negar os efeitos dela e ao reintegrá-los.

Enquanto nacional no estrangeiro (fora da nação), o emigrante só tem como solução legítima em sua condição de imigrante o retorno lógico, necessário, inelutável ao país, mesmo quando este retorno é adiado para o fim da vida ativa, às vésperas da morte ou somente *post mortem*, para ser enterrado na terra natal. Tipo de discurso tendo seu fim em si mesmo, o discurso sobre a reinserção dos imigrantes nos países de destino e dos emigrantes nos países de origem, basta-se a si mesmo, e isto no caso de efetivamente haver retorno ou não, sendo este definitivo ou não, ou somente ilusório, etc. É a própria idéia de que a reinserção possa ser submetida a condições materiais de possibilidade e depender de determinismos sociológicos, que seja subordinada a considerações exteriores e que seja de natureza quase instrumental, que não vá por si só e não se imponha naturalmente (sob o modo: "*é natural que...*") e por si mesma, e como se gosta de acreditar e de se autoconvencer, é esta idéia que está excluída por ser impensável, insustentável e insuportável.

Este discurso também deve tudo isso, definitivamente, ao fato de que participa da lógica nacional (e nacionalista), que distingue entre o nacional que se é e que se deve continuar a ser onde quer que se encontre (mesmo emigrante fora da nação), e o não-nacional que não se deveria ser, idealmente, em nenhuma parte. E ainda deve ao fato de ser fundamentalmente um discurso nacional, e mesmo nacionalista e patriótico, numerosas destas características mais específicas, tais quais seu caráter patético, sua força afetiva, seu tom passional, sua popularidade tanto subjetiva



Foto: UNHCR/24281/12.1994/A. Hollmann

(em estado individual) como objetiva ou nacional (em estado coletivo), seu modo profético, etc. Recusar-se responder - nem mesmo negativamente, pois mesmo isto tem valor de consentimento - a este discurso não deixaria de ser interpretado, sobretudo nos casos mais flagrantes, como uma falta ou prova de traição. E os emigrantes que se tornam culpados desta falta são considerados como más pessoas, maus argelinos, renegados ou, o que é pior no caso em questão, como colonizados em novo estilo, colonizados anacrônicos (no momento em que seus compatriotas são independentes em um país independente) e por escolha (a da imigração e não aquela da reinserção na

55. Pois o diálogo real e o único que vale a pena ser estabelecido, mesmo implicitamente, sem aparentar nada e fingindo ignorar a outra parte na intenção em que se sustenta, é o diálogo com o país de imigração que está no centro de todos os motivos dos quais a imigração é o pretexto.

nação).

Sempre por nacionalismo e por uma espécie de super-oferta em declarações, em disposições administrativas, em atos cuja significação e fim últimos seriam por natureza mais simbólicos que afetivos⁵⁵, o país de emigração, para ser conforme ao que se acredita serem suas obrigações nacionais, aquelas relativas aos seus cidadãos - aliás, menos por eles próprios do que pelas obrigações que o comprometem na cena internacional - não pode deixar de tomar (ou anunciar que se tomam) um certo número de disposições destinadas a favorecer a reinserção dos emigrantes que a desejam: exoneração dos direitos alfandegários sobre os bens importados (os bens de consumo e de equipamento doméstico, ou principalmente, os bens de equipamento industrial ou artesanal, visando à criação de atividades novas), quotas reservadas no programa de habitação social, esforços em matéria escolar por uma melhor integração dos filhos das famílias reinseridas, os antigos alunos de uma escola estrangeira no sistema educativo nacional ou, na falta disto, acordo firmado com as autoridades consulares pela escolarização dos mesmos antigos alunos da escola francesa nos estabelecimentos dependendo das mesmas autoridades, etc.

Inserção ou reinserção, porque estas duas realidades sociais escapam à vontade do Estado, assim como seu cumprimento ao intervencionismo do poder público, e também porque elas repousam *grosso modo* sobre os mesmos pressupostos ideológicos - a conformidade a estes pressupostos, primando tanto em uns como em outros, pela realização efetiva dos objetivos proclamados, quando esta é da ordem das possibilidades materiais -, elas conduzem nos dois casos a uma forma de artifício. No momento mesmo em que integram mais seguramente a mitologia nacional da qual constituiriam uma excelente ilustração, não deixam de induzir a efeitos bem reais, especialmente no seio da sociedade de emigração, em razão apenas do discurso sobre a reinserção que é superabundantemente dirigido ao conjunto da opinião pública.

Independentemente de seu conteúdo real e de seus efeitos próprios, se é que é seguido de efeitos, deve desencadear uma verdadeira competição entre, de um lado, os emigrantes aos quais se reprova nesta circunstância sua ausência - uma ausência invejada, pois lhes teria poupado um grande número de privações, de sacrifícios que eles não tiveram que suportar -, e de outro lado, seus compatriotas não-emigrados que se consideram, pelo simples fato de sua presença conti-

nua no país, com o direito de ser prioritários na corrida aos bens sociais mais procurados, ao mesmo tempo mais indispensáveis e preciosos: o trabalho, a habitação, a saúde, o acesso aos bens de serviço, a escola. Camuflada, enfiada nas profundezas do inconsciente social, expulsa do campo do visível, a competição que se escondia subterraneamente vai doravante aproveitar a ocasião para aparecer à luz do dia, manifestar-se publicamente e afirmar-se aos olhos de todos. O discurso sobre a reinserção dos emigrantes, enquanto apenas intencional, enquanto desposava a forma de um discurso de autocelebração sem consequências práticas, não comportava senão vantagens de ordem sobretudo simbólica. No entanto, a partir do momento em que ele podia ser seguido, ou anunciar-se como uma realidade efetiva, a tendência maior era a de que só retivesse dele a competição que estabelece, tornando-se pretexto para a emergência e a quase institucionalização do conflito e do divórcio entre a população emigrante "a quem tudo será dado para rogar que ela volte ao país" e a população permanente do país, que considera sofrer uma injusta concorrência, sendo sacrificada em proveito de uma fração que só fez acumular, dentro das circunstâncias, as vantagens de duas posições, a de emigrante na França e aquela de reinserido (ou reinservível) no país de origem.

Em conclusão, além de algumas implicações que tentamos desajeitada e parcialmente desvelar, dentre as múltiplas contidas no duplo fato da emigração e da imigração - que será então preciso definir como sendo respectivamente "a presença de nacionais fora da nação" (e portanto, sua ausência da nação) e "a presença no seio da nação de não-nacionais" - e que são constitutivas precisamente desse duplo fato de ausência e de presença, pode-se dizer que, na medida em que se fala de imigração e de emigrantes, fala-se também, no mesmo instante e inevitavelmente, de emigração e de emigrantes. Há uma lógica da denominação e de seus efeitos. Um dos efeitos latentes desta lógica é que à condição social do emigrante em um lugar (e, correlativamente, de emigrante fora de um outro lugar) e à condição civil (no sentido jurídico do termo "estrangeiro"), está sempre associada implicitamente e, quando as circunstâncias se prestam a isto, de maneira explícita, a idéia de retorno. Um retorno que não é, em síntese, senão um retorno à norma, à normalidade, à ortodoxia - o resto, isto é, o contrário (e, neste caso, a emigração e a imigração) não sendo senão anomia, heterodoxia, e até, heresia.